

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE/CM-PI  
GRUPO DE TRABALHO GERENCIADOR DE SRPEXTRATO PARCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 016/2019 SAAE/CM-PI

## MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (MOTOS E CARROS), PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPO MAIOR - PI.

PREGOEIRO: ROBERTO VISGUEIRA MACEDO

DATA ADJUDICAÇÃO: 21/11/2019

DATA HOMOLOGAÇÃO: 21/11/2019

DIRETOR DO SAAE: FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA

## LOTE I

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT. VEÍCULOS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL R\$
01	VEÍCULO NOVO, TIPO PICK-UP, 08KM, COMBUSTÍVEL FLEX (GASOLINA/ÁLCOOL); MOTOR 1.4 OU 1.6 CILINDRADAS; CABINE SIMPLES; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 (CINCO) VELOCIDADES À FRENTE E 01 (UMA) À RÉ; CAPACIDADE PARA 02 (DUAS) PESSOAS; CAPACIDADE MÁXIMA DA CAÇAMBA: 950 LITROS, COR: BRANCA; EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE NÃO ESPECIFICADOS; BEM COMO AQUELES EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; SISTEMA DE FREIOS: DIANTEIROS: DISCO VENTILADO OU ABS; TRASEIROS: TAMBOR; OUTROS ITENS DE SÉRIE E DEMAIS ACESSÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO; ANO DE FABRICAÇÃO: 2019/2019.	02	R\$ 44.200,00	R\$ 88.400,00

O custo estimado da contratação R\$ 88.400,00 (oitenta e oito mil e quatrocentos reais).

## Observações:

A empresa detentora da expectativa do direito de contratar com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Campo Maior - PI poderá ser contratada de acordo com a necessidade desta Autarquia, observada a demanda exigida e prazo para atendimento conforme exigências do Edital e Ata de Registro de Preços, a qual fica recepcionada como neste extrato;

A liberação e consequente Contrato Administrativo ficarão adstritos a indicação de dotação orçamentária para a consequente despesa;

A unidade requisitante fará a requisição (pedido) do objeto conforme sua especificação, levando-se em consideração as quantidades definidas no Termo de Referência e demais disposições da Ata de Registro de Preços;

A Ata de Registro de Preços nº 016/2019 integra este Extrato Parcial como se nele estivesse transcrita, produzindo todos os efeitos legais, vinculada que está ao Pregão Presencial nº 023/2019.

DETENTORA DO ITEM 01 LOTE I.	MANUPA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS EIRELI
CNPJ:	CNPJ: 03.093.776/0003-53
CONTATO	Fone: (11) 2478-2818 / (86) 99977-6178
ENDEREÇO	Avenida Bernardo Manoel, 10360, Bairro Mondubim, CEP 60.761-740
CIDADE	Fortaleza - CE
EMAIL	manupa@manupa.com.br

ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 100/2019, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019.

*"Regulamenta a modalidade de licitação pregão, para aquisição de bens e contratação serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Município de Campo Maior, Estado do Piauí."*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 54, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, em especial § 1º do art. 2º.

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

## Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º - Este Decreto regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica e presencial, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Município de Campo Maior, Estado do Piauí.

§ 1º É obrigatória a utilização do pregão, na forma eletrônica, de que trata este decreto, nos órgãos da administração pública municipal direta e indireta e os fundos especiais. § 2º Excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, será admitida a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput nas seguintes situações:

- I - desde que fique comprovada desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica.
- II - nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.
- II - nos certames com fonte exclusiva do Tesouro do Município e com valor global máximo de R\$ 176.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais).

## Princípios norteadores

Art. 2º - A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, desenvolvimento sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

## Definições

Art. 3º - Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

- I - aviso do edital - documento que contém:
  - a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;
  - b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital; e
  - c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão eletrônico;
  - d) o endereço no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão presencial;

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

V - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VI - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

VIII - Cadastro de Fornecedor de Prefeitura de Campo Maior - registro cadastral de pessoas físicas e jurídicas que participam de licitações e celebra contratos e atas de registro de preços com a Prefeitura de Campo Maior;

IX - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedor - Sica - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de

(Continua na próxima página)